

FONTE : JT

CLASS. : 19

DATA : 17 06 91

PG. : 20

ZONEAMENTO ECOLÓGICO: SÓ NO PAPEL.

Um dos principais instrumentos do planejamento sócio-econômico da região amazônica, o zoneamento ecológico econômico, ainda não saiu do papel. O Secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leoni Ramos, reconhece que a secretaria está na condição de árbitro desta questão e explica que o zoneamento foi instituído para criar parâmetros, a partir de um diagnóstico social e econômico, de um desenvolvimento sustentado.

A opção por um diagnóstico ambiental, entretanto, como primeira etapa dos trabalhos, já foi acertada com o IBGE, mas os trabalhos só começarão em setembro. Realizado com uma parte dos recursos que o grupo dos sete países desenvolvidos (G7) decidiu aplicar na conservação das florestas tropicais, o diagnóstico ambiental vai custar, só nesta primeira fase, US\$ 5 milhões.

A Comissão Coordenadora de Zoneamento Ecológico foi criada em 21 de setembro do ano passado com o objetivo de planejar, avaliar e acompanhar os trabalhos de zoneamento que vinham sendo desenvolvidos pelos estados aleatoriamente, sem seguir uma padronização. Trata-se de um processo de ordenação territorial, segundo suas características físicas, biológicas e naturais, por meio de agrupamentos de áreas, cujos conjuntos formam unidades de temas relativamente homogêneos.

Realizado em três fases, o zoneamento passa primeiramente por uma etapa descritiva, quando é realizado o diagnóstico, uma etapa analítica, quando se faz o prognóstico da região, e uma ter-



Floresta amazônica:
um diagnóstico para orientar o desenvolvimento sustentado.

ceira etapa normativa, quando se estabelecem as diretrizes de atuação, a sustentabilidade ambiental, o clima, o solo, a precipitação pluviométrica e até mesmo a ação do homem. Mas o zoneamento, segundo integrantes do grupo de trabalho, é um processo contínuo que não se conclui com o tempo e por isto já vem sendo realizado há muitos anos pelos estados.

O diagnóstico ambiental, primeira etapa dos trabalhos na Amazônia, será realizado na escala de um por um milhão e inclui a região amazônica em seu conjunto para o primeiro levantamento das condições de qualidade do solo, o nível de ocupação de todas as regiões e a situação ambiental.

Segundo fontes do governo, a demora da comissão em definir a metodologia do zoneamento e começar os trabalhos se justifica

porque há interesses de praticamente todos os ministérios e secretarias — enquanto o Ministério da Infra-Estrutura reconhece que há necessidade de energia na região amazônica, a Secretaria do Meio Ambiente alega que as hidrelétricas causam problemas ambientais.

O secretário Pedro Paulo Leoni Ramos explicou que é preciso tirar as paixões desenvolvimentistas e ecológicas do problema e promover o desenvolvimento levando em conta a preservação ecológica. Ele acredita que a partir da conclusão do diagnóstico ambiental, serão identificadas as áreas críticas para o zoneamento que, segundo ele, será feito observando-se a vocação da região, as atividades econômicas que podem ser desenvolvidas naquele local sem prejudicar a terra ou a ecologia, disciplinando a utiliza-

ção do clima e do solo.

Segundo as estimativas da SAE, o custo total do zoneamento em todo o país é de US\$ 135 milhões. O diagnóstico ambiental, que vai custar US\$ 5 milhões, é a primeira etapa dos trabalhos, e o convênio com o IBGE custará Cr\$ 650 milhões. Em maio o grupo de trabalho terminou o documento com a proposta brasileira para o programa piloto de proteção das florestas tropicais que será examinado pelo grupo dos sete durante uma reunião no mês de julho em Londres. Se o plano piloto for aprovado, a primeira parcela dos recursos deve ser liberada em setembro.

O plano piloto deve ser anunciado pelo governo na próxima semana, assim que o presidente aprovar o documento de 150 páginas que prevê, inclusive, a participação das comunidades estaduais e municipais na elaboração dos projetos de preservação de florestas. O zoneamento e o diagnóstico ambiental seriam apenas uma parte deste grande projeto que deverá custar, segundo fontes da Secretaria do Meio Ambiente, US\$ 1,5 bilhão repassados em cinco anos pelos países desenvolvidos.

O plano piloto inclui a participação de estados e municípios nos projetos de desenvolvimento e prevê a criação de uma Comissão de Coordenação só para avaliar e definir as prioridades na conservação das florestas tropicais. Além da Amazônia, o plano prevê o atendimento de projetos específicos para preservação das áreas de Mata Atlântica.

**Elza Pires e
Tânia Monteiro/AE**